

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ nº 10.338.320/0001-00 | CVM nº 02217-9 | Companhia Aberta

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

DESTAQUES (R\$ MM)	4T25		4T24		Δ %		2025		2024		Δ %	
	4T25	4T24	4T25	4T24	Δ %	2025	2024	Δ %	2025	2024	Δ %	
Margem Bruta	1,6	19,2	(92%)	49,4	60,3	(18%)						
EBITDA	(3,8)	13,5	N/A	32,6	43,8	(26%)						
Resultado Financeiro	(0,0)	0,4	N/A	(1,1)	1,1	N/A						
Lucro Líquido	0,1	11,2	(99%)	23,8	34,0	(30%)						

Indicadores Financeiros de Dívida

	2025	2024	Varição
Dívida Líquida/EBITDA ⁽¹⁾	0,07	0,53	(0,46)

(1) Os indicadores financeiros não são utilizados para cálculo de covenants
 (2) Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários
 (3) EBITDA 12 meses

Destaque Financeiros e Operacionais:
 • EBITDA de -R\$ 3,8 milhões no 4T25 (vs. +R\$13,5 milhões no 4T24) e de R\$ 32,6 milhões em 2025 (vs. +R\$ 43,8 em 2024).
 • Alto desempenho da taxa de disponibilidade, registrando 99,93% em 2025, acima do limite estipulado pelo ONS.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

2025 representou um ano de grandes conquistas para a Neoenergia, marcado por resultados sólidos e avanços estratégicos que reforçam nosso papel como protagonistas do setor elétrico brasileiro. O primeiro ano com EBITDA de R\$ 14,3 milhões e Lucro Líquido de R\$ 0,1 milhões, crescimento de respectivamente 14% e 38% em relação ao ano anterior, mesmo em um cenário econômico desafiador. Mantivemos nosso foco na eficiência operacional e disciplina de gastos, com nossas despesas crescendo apenas 1%, abaixo da inflação do período, e absorvendo ainda o incremento da nossa base de clientes e da entrada em operação de novos negócios.

Mantivemos nossa estratégia estruturada de valorização e rotação de nossos ativos, concluindo diversas transações relevantes ao longo do ano: finalizamos a venda de UHE Baixo Iguaçu, reforçamos a nossa parceria com a GIC com a venda de 50% da linha de transmissão de Itapabonã, nosso maior ativo em conjunto, ampliamos nossa participação na UHE Corumbá e realizamos também a venda de 75% da UHE Dardanelos, usina cujo controle havíamos obtido em 2023 e assim maximizando o valor do ativo para nossos acionistas.

Preservamos também nossa estratégia de crescimento sustentável, baseado em um plano estratégico sólido e na rigorosa disciplina na alocação de capital. Em 2025, realizamos um Capex recorde de R\$ 10,1 bilhões, direcionados principalmente ao negócio de distribuição e ao fim do ciclo de investimentos na transmissão.

Esses investimentos foram suportados pela nossa solidez financeira e por um robusto plano de captação, onde destaca a emissão de debêntures de Neoenergia Coelba e Neoenergia Cosern com o menor spread do mercado de capitais brasileiro, além de termos obtido o primeiro financiamento do JICA vinculado às metas ESG no mundo e ainda um financiamento verde de €300 milhões do Banco Europeu de Investimento para modernizar a rede elétrica da Bahia.

Em Distribuição, foram R\$ 6,5 bilhões investidos na expansão da rede, na conexão de novos clientes e na digitalização e modernização das redes, tornando-as mais resilientes frente a eventos climáticos e garantindo maior qualidade e segurança para nossos 17 milhões de clientes. Como reflexo desse robusto investimento, encerramos o ano com todas as nossas 5 distribuidoras enquadradas nos limites regulatórios de Duração Equivalente de Interrupção (DEC) e Frequência Equivalente de Interrupção (FEC), valorizando e assegurando que nossos clientes recebam energia com qualidade, segurança e continuidade.

Clientes que seguem no centro de nossa estratégia: finalizamos em 2025 a reforma e padronização de 100% de nossas lojas de atendimento e fortalecemos ainda mais nossos canais de comunicação, esforços que nos garantiram o Prêmio CONAREC, principal reconhecimento de *Customer Experience* no Brasil.

Como consequência de todo esse investimento, fomos protagonistas no Prêmio ABRADEE de 2025, conquistando um resultado histórico e reafirmando mais uma vez nossa excelência operacional: temos a melhor distribuidora do país - Neoenergia Cosern -, a melhor distribuidora da região Sudeste - Neoenergia Elektro - e ganhamos ainda outros 6 prêmios, com destaque para o prêmio de melhor evolução de desempenho operacional do país para a Neoenergia Brasília.

Este marco inclui também a emissão de títulos de aluguel de ativos, contrato de concessão da Neoenergia Pernambuco, a primeira e única distribuidora do país a obter em 2025 de forma antecipada a prorrogação da concessão por mais 30 anos. Também avançamos com os processos de prorrogação antecipada de Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro e Neoenergia Cosern, que já tiveram aprovação pela ANEEL. Em transmissão, foram R\$ 3,3 bilhões investidos, finalizando o nosso ciclo atual de investimentos no negócio com a entrega dos últimos 4 lotes previstos para 2025, que adicionaram mais de R\$ 1 bilhão de Receita Anual Permitida (RAP) ao portfólio. A Neoenergia é hoje o 5º maior player do país no segmento, com mais de 8 mil km de linhas e 15 estações e mais de R\$ 2 bilhões de RAP.

No negócio de Geração, mantivemos a alta disponibilidade de nossos ativos de geração renovável, mesmo diante de desafios setoriais como menor recorde eólico e *curtailment*.

No negócio de Comercialização, alcançamos recorde de venda de energia com foco no mercado varejista e entregamos nossos 2 primeiros projetos de eletrificação da indústria, além de ter iniciado o desenvolvimento de outros 5 projetos.

Nos orgulhamos de ser uma das empresas mais inovadoras do setor elétrico brasileiro: somente em 2025 foram mais de R\$ 468 milhões investidos em P&D voltados para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação e consolidamos nossa posição de pioneirismo na transição energética, com 2 projetos marcantes: o lançamento do Projeto Noronha Verde, que descarbonizará a geração de energia no arquipélago, e a conclusão em Brasília das obras da nossa primeira planta de Hidrogênio Verde (H2V), um marco para a produção de energia limpa e para o avanço de soluções sustentáveis no país.

Mantendo nosso histórico compromisso com o desenvolvimento social das áreas onde atuamos e da equidade em nossa empresa, formamos mais de 125 mulheres em nossas Escolas de Elettricistas em 2025, representando 35% do total de alunos formados. Desde sua criação, já foram mais de 459 alunas formadas e 1.052 contratadas. Nossa Escola exclusiva para mulheres foi reconhecida em 2025 como um exemplo global de "Diversidade, Equidade e Inclusão" pelo Fórum Econômico Mundial.

E por meio do Instituto Neoenergia investimos R\$ 32,5 milhões, entre cursos próprios e incentivados, com iniciativas voltadas para desenvolvimento e apoio a projetos de impacto social, beneficiando direta e indiretamente mais de 3 milhões de pessoas nos territórios onde atuamos. Essas ações reforçam nosso compromisso com a sociedade e com as metas ESG.

Por fim, a segurança e o bem-estar de nossos colaboradores permanecem como prioridade absoluta em todas as nossas operações. Realizamos diversas ações ao longo do ano para reforçar a importância da segurança no dia a dia e minimizar acidentes. Reforçamos nossas oficinas de percepção de risco das equipes de campo, aumentamos as inspeções virtuais de equipamentos e das observações comportamentais da liderança. Além disso, ganhamos a nível nacional o Prêmio ABERJE, com a campanha sobre segurança na rede elétrica durante o carnaval.

Vale ressaltar ainda que, refletindo a qualidade de nosso ambiente de trabalho e o protagonismo que nossos colaboradores têm, foram reconhecidos pelo segundo ano consecutivo pelo *Great Place to Work* com o título de empresa para se trabalhar no setor elétrico. Além disso, conquistamos a certificação *Top Employer*, uma das certificações mais reconhecidas no mundo, refletindo nossa excelência nas práticas de gestão de pessoas e contribuição para o desenvolvimento pessoal e profissional de nossos colaboradores.

Encerramos 2025 com orgulho das nossas realizações e confiança no futuro. Essa consistência e o nosso compromisso com as entregas, com a disciplina de gastos, com a correta alocação de capital e a operação de qualidade de nossos ativos se refletiu na valorização de nossas ações em mais de 75% no ano, acima do IBOV-ES e de outros índices de mercado.

Reflete ainda a confiança de nosso acionista controlador tanto na Neoenergia quanto no Brasil: a Iberdrola finalizou em outubro a aquisição da participação societária detida pela Previ, passando a deter 83,8% do capital social da Neoenergia e protocolou, em novembro, pedido de registro de oferta pública para aquisição (OPA) da totalidade das ações da Neoenergia.

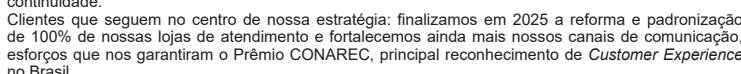
Agradeço aos nossos colaboradores pelo empenho e aos acionistas pela confiança. Juntos, seguiremos construindo uma Neoenergia cada vez mais rentável, sustentável, inovadora e inclusiva.

Eduardo Castrogui
 CEO Neoenergia

1. PERFIL CORPORATIVO E ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO

A Afuente Transmissão de Energia Elétrica S.A. é uma empresa de capital aberto, oriunda do processo de desverticalização da Coelba, constituída em 18 de agosto de 2008.

Em 31 de dezembro de 2025, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:



2. AMBIENTE MACROECONÔMICO

O ano de 2025 foi marcado por tensões geopolíticas no cenário global, contribuindo para um ambiente de incerteza nos mercados. Nos setores de energia, a inflação continuou a pressionar os preços das bandas da meta e mercado de trabalho aquecido, sustentando um PIB resiliente. O Federal Reserve (FED) adotou postura cautelosa, mantendo juros elevados durante boa parte do ano antes de promover alguns cortes no segundo semestre. A taxa de juros americana encerrou 2025 em 3,75%.

No Brasil, a inflação apresentou trajetória de desaceleração, encerrando 2025 com alta de 4,23%, dentro das bandas da meta do Banco Central. A atividade econômica permaneceu aquecida, reforçada pela taxa de desemprego em patamar historicamente baixo, e pela projeção de crescimento do PIB em 2,3% no ano. Apesar desse desempenho, a deterioração do quadro fiscal segue como fonte de preocupação quanto à sustentabilidade das contas públicas. Em resposta às pressões inflacionárias e ao ambiente externo desafiador, a política monetária manteve postura restritiva, com a taxa Selic encerrando o período em 15% ao ano.

Apesar das tensões geopolíticas e da volatilidade nos mercados globais, o enfraquecimento do dólar, que recuou 11% frente ao real, favoreceu a migração de fluxos para economias emergentes, incluindo o Brasil. Esse movimento impulsionou a retomada do investidor internacional na Bolsa brasileira, que registrou entrada líquida de aproximadamente R\$27 bilhões em 2025, contribuindo para a forte valorização do Ibovespa, que encerrou o ano com alta de 34%.

3. AMBIENTE REGULATÓRIO

Receitas Anuais Permitidas - RAP para o ciclo 2025-2026

Em 16/06/2025, foi publicada a Resolução Homologatória ANEEL nº 3.470, que homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica da Receita Anual Permitida - RAP do contrato de Concessão de Transmissão de Energia 001/2010 da Afuente T. A receita revisada da transmissora foi de R\$ 73,7 milhões, representando um índice de reposicionamento de 14,2%.

Em 17/07/2025, foi publicada a Resolução Homologatória ANEEL nº 3.481, que estabeleceu as Receitas Anuais Permitidas - RAP para o ciclo 2025-2026, definindo o valor da RAP de Afuente T em R\$ 76,1 milhões. O valor da RAP da Companhia é ajustado anualmente pelo IGP-M.

Regulamentação do Decreto nº 11.314/2022 - Concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica em fim de vigência

Em 9 de dezembro de 2025 a ANEEL instaurou consulta pública, na modalidade intercâmbio documental, com duração de 90 dias para colher subsídios e informações adicionais com vistas à avaliação da Análise de Impacto Regulatório acerca da regulamentação do Decreto nº 11.314/2022, que regulamenta a licitação e a prorrogação das concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica em fim de vigência. A medida envolve devolução dos bens reversíveis à União e indenização pelos investimentos não amortizados ou depreciados, conforme art. 36 da Lei nº 8.987/1995.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

Com potência instalada de 600 MVA, a Afuente T é composta pelos ativos abaixo:

Operacionais	Estado	Entrada Operação (Prazo ANEEL)	Final da Concessão
AFLUENTE T (Extensão Total 483 Km)			
Linhas de Transmissão			
LT 230 KV Itagibá - Funiil C-1		13/09/2009	
LT 230 KV Brumado II - Itagibá C-1		11/09/2009	
LT 230 KV Ford - Pólo C-2		02/08/2009	
LT 230 KV Pólo - Camaçari IV C-2		19/01/2015	
LT 230 KV Ford - Pólo C-1	BA	24/11/2009	08/08/2027
LT 230 KV Pólo - Camaçari IV C-1		18/01/2015	
LT 230 KV Tomba - Governador Mangabeira C-1		31/01/2016	
LT 230 KV Tomba - Governador Mangabeira C-2		31/12/1990	
LT 230 KV Funiil - Poçoões II		06/04/2023	

Subestações Rede Básica

Tomba		31/12/1990	
Itagibá II - 230/69kV	BA	11/12/2002	08/08/2027
Brumado II		13/09/2009	

A disponibilidade apresentada pela Afuente T foi de 99,93% em 2025 (vs. 99,91% em 2024), representando um alto desempenho quando comparado ao limite estabelecido pelo Relatório de Avaliação do Desempenho (RAD) do Operador Nacional do Sistema (ONS), que é entre 95% e 98%.

As concessionárias de transmissão de energia elétrica têm a qualidade do serviço aferida pela ANEEL através de sua disponibilidade. A partir do tempo de indisponibilidade da Transmissora, a ANEEL calcula a Parcela Variável, deduzida da receita da transmissora.



5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

DRE (R\$ MM)	4T25		4T24		Variação		2025		2024		Variação	
	4T25	4T24	4T25	4T24	R\$	%	2025	2024	R\$	%	R\$	%
Receita Líquida	1,6	33,9	(32,3)	(95%)	49,2	86,0	(36,8)	(43%)				
Custos de Construção	-	(14,7)	14,7	N/A	0,3	(25,8)	26,1	N/A				
Margem Bruta	1,6	19,2	(17,6)	(92%)	49,4	60,3	(10,9)	(18%)				
Despesa Operacional	(5,4)	(5,7)	0,3	(5%)	(16,7)	(16,5)	(0,2)	1%				
PECLD	(0,0)	(0,0)	-	-	(0,2)	0,1	(0,3)	N/A				
EBITDA	(3,8)	13,5	(17,3)	N/A	32,6	43,8	(11,2)	(26%)				
Depreciação	(0,0)	0,3	(0,3)	N/A	(0,2)	(0,2)						
Resultado Financeiro	(0,0)	0,4	(0,4)	N/A	(1,1)	1,1	(2,2)	N/A				
IR CS	4,0	(3,0)	7,0	N/A	(7,5)	(10,7)	3,2	(30%)				
LUCRO LÍQUIDO	0,1	11,2	(11,1)	(99%)	23,8	34,0	(10,2)	(30%)				

A Afuente T apresentou margem bruta de R\$1,6 milhão no 4T25 (-92% vs. 4T24) e de R\$49,4 milhões em 2025 (-18% vs. 2024). A redução decorre, principalmente, da correção monetária sobre o ativo contratual e indenizável, influenciada pela variação negativa do IGP-M no trimestre, que compensou o incremento da RAP para o ciclo 2025/2026. Vale destacar que esse impacto fica limitado ao resultado societário (IFRS), sem refletir na receita regulatória nem no desempenho operacional da concessão. As despesas operacionais totalizaram -R\$ 5,4 milhões no 4T25 e -R\$ 16,7 milhões em 2025, mantendo-se em linha vs. 4T24 e 2024.

Como resultado dessas variações, o EBITDA foi negativo em R\$ 3,8 milhões no 4T25 (vs. +R\$ 13,5 milhões no 4T24) e alcançou R\$ 32,6 milhões em 2025 (vs. R\$ 43,8 milhões em 2024). O lucro líquido somou R\$ 0,1 milhão no 4T25 (-99% vs. 4T24) e R\$ 23,8 milhões no 2025 (-30% vs. 2024).

6. EBITDA (LAJIDA)

Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma Resolução:

EBITDA (R\$ MM)	4T25		4T24		Variação		2025		2024		Variação	
	4T25	4T24	4T25	4T24	R\$	%	2025	2024	R\$	%	R\$	%
Lucro líquido do período (A)	0,1	11,2	(11,1)	(99%)	23,8	34,0	(10,2)	(30%)				
Despesas financeiras (B)	(0,4)	(0,1)	(0,3)	300%	(1,7)	(0,6)	(1,1)	183%				
Receitas financeiras (C)	1,1	0,6	0,5	83%	3,0	1,8	1,2	67%				
Outros resultados financeiros, líquidos (D)	(0,7)	(0,1)	(0,6)	600%	(2,4)	(0,1)	(2,3)	2300%				
Imposto de renda e contribuição social (E)	4,0	(3,0)	7,0	N/A	(7,5)	(10,7)	3,2	(30%)				
Depreciação e Amortização (F)	(0,0)	0,3	(0,3)	N/A	(0,2)	(0,2)	-	-				
EBITDA = A-(B+C)+D+E + F	(3,8)	13,5	(17,3)	N/A	32,6	43,8	(11,2)	(26%)				

7. RESULTADO FINANCEIRO

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (R\$ MIL)	4T25		4T24		Variação		2025		2024		Variação	
	4T25	4T24	4T25	4T24	R\$	%	2025	2024	R\$	%	R\$	%
Renda de aplicações financeiras	1.157	582	575	99%	2.989	1.745	1.244	71%				
Encargos, variações monetárias e cambiais e instrumentos financeiros derivativos de dívida	(1.166)	(189)	(977)	517%	(4.302)	(193)	(4.109)	2129%				
Outros resultados financeiros não relacionados a dívida	(10)	(28)	18	(64%)	201	(489)	690	(141%)				
Juros, comissões e acréscimo moratório	-	1	(1)	(100%)	1	12	(11)	(92%)				
Variações monetárias e cambiais - outros	43	(14)	57	N/A	324	(54)	378	N/A				
Atualização provisão para contingências / depósitos judiciais	36	29	7	24%	141	125	16	13%				
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(89)	(44)	(45)	102%	(265)	(572)	307	(54%)				
Total	(19)	365	(384)	N/A	(1.112)	1.063	(2.175)	N/A				

O resultado financeiro foi de -R\$ 19 mil no 4T25 (vs. +R\$365 mil no 4T24) e de -R\$ 1.112 mil em 2025 (vs. +R\$1.063 mil em 2024), refletindo o aumento dos encargos da dívida associado à captação realizada em dezembro de 2024, que superou o crescimento da receita com aplicações financeiras.

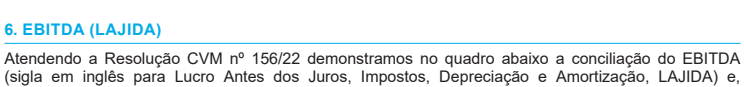
8. INVESTIMENTOS

Em 2025, não foram realizados investimentos adicionais.

9. ENDIVIDAMENTO

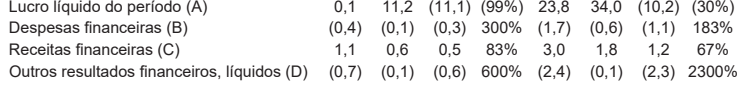
9.1. Posição de Dívida

Em dezembro de 2025, a dívida líquida da Companhia, que considera caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 2,2 milhões (dívida bruta de R\$ 30,4 milhões), apresentando redução de 91% (R\$ 20,9 milhões) em relação a dezembro de 2024. Quanto à segregação do saldo devedor, a Afuente T concentra 99,4% da dívida contabilizada no longo prazo.



9.2. Cronograma de amortização das dívidas

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas forward de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigentes em 31 de dezembro de 2025.



10. OUTROS TEMAS

10.1. Práticas de Gestão

10.1.1. Remuneração de Acionistas

A Afuente T tem estabelecido em seu Estatuto o pagamento de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado. A Companhia também poderá realizar o pagamento de dividendos adicionais, acima da remuneração mínima, mediante deliberação do Conselho de Administração, conforme a Política de Distribuição de Dividendos, disponível no site da Neoenergia (https://www.neoenergia.com/politicas-governanca-corporativa).

Em 2025, a Companhia deliberou os seguintes proventos:
 Dividendos de R\$ 20.527 mil, deliberados em Assembleia Geral Ordinária de 14/04/2025 e pagos em 12/11/2025;
 Juros sobre Capital Próprio de R\$ 1.075 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 27/06/2025 e pagos em 12/11/2025;
 Juros sobre Capital Próprio de R\$ 7.902 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 19/12/2025 e com previsão de pagamento até 31/12/2026.

A Companhia informa que a destinação completa dos resultados de 2025 será aprovada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2026.

10.1.2. Gestão de Pessoas

A Neoenergia adota uma Política de Respeito dos Direitos Humanos e uma Política de Gestão Sustentável do Capital Humano e Prevenção do Assédio que orientam suas práticas para prevenir o

assédio, promover um ambiente profissional diverso, inclusivo, respeitoso e livre de discriminação. Além de apoiar, selecionar, gerir, promover e reter os melhores talentos, fomentar o desenvolvimento e a capacitação contínua das pessoas. Também incentivamos e reconhecemos o mérito e o desempenho com equidade, valorizando o capital intelectual e promovendo o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, impulsionando o desenvolvimento, a criatividade, a produtividade e a melhoria das experiências das pessoas.

Em 2025, além dos programas direcionados a talentos e sucessores, continuamos investindo na formação de 100% de nossos líderes e colaboradores, focando no fortalecimento da nossa Cultura e da Centralidade no Cliente, competência estratégica e prioritária para a Neoenergia. Seguimos realizando formações para reciclagem de competências e atualizações obrigatórias para todos os níveis.

Sobre o tema diversidade, em 2025, promovemos diversas ações com o público interno, destacando-se:

- **Cartilha Informativa sobre Assédio no Ambiente de Trabalho** - como parte dos nossos processos de Compliance, a cartilha foi divulgada nos canais internos de comunicação, treinamentos e eventos com objetivo de ajudar a identificar, prevenir e combater o assédio;
- **Conteúdos de diversidade e inclusão**: foram mais de 7 mil participações nos eventos de diversidade e inclusão, que incluíram antirracismo, violência contra a mulher, orgulho LGBTQ, luta da pessoa com deficiência e outros;
- **Vilarejos Juntos** - rodas de conversa conduzidas por colaboradores para pequenos grupos. Os encontros são um ambiente seguro de acolhimento. LGBTQfobia no ambiente de trabalho, maternidade, autoestima e pessoas negras, segurança psicológica de pessoas LGBTQ, são alguns dos temas tratados;
- **Potencialize**: segunda edição do programa de desenvolvimento exclusivo para pessoas negras, desta vez com 58 participantes;
- **Compromissos Públicos**: este ano firmamos parceria com o Fórum de empresas LGBTQ;
- **Programa de alinhamento de colaboradores em situação de violência contra a mulher**: iniciativa ofereceu suporte como acompanhamento jurídico, psicológico, financeiro além de outras medidas;
- **Letramento racial e outras diversidades**: Trilha de formação para os times de RH e Marketing contribuindo para o posicionamento estratégico e sustentável da empresa com os públicos internos e externos.

Mantendo nosso alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), mantivemos a meta de Eletricistas, que é uma iniciativa que visa criar oportunidades de capacitação profissional para possuir prática inovadora que impulsiona o ESG globalmente e foi selecionada pela universidade para o award *Green Impact* em 2025. O objetivo desse projeto foi socializar e compartilhar o ano com as mulheres ocupando mais de 11% do nosso quadro de eletricitistas, confirmando nossa crença na igualdade de gênero e nosso compromisso em alcançar mais de 12% até 2030.

A Escola é reconhecida como exemplo global de um dos Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEPs) pelo WeEmpower, programa da ONU Mulheres, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), pela União Europeia por estimular boas práticas das empresas, foi citada no fórum econômico mundial por possuir prática inovadora que impulsiona o ESG globalmente e foi selecionada pela universidade para o award *Green Impact* em 2025. O objetivo desse projeto foi socializar e compartilhar o ano com as mulheres ocupando mais de 11% do nosso quadro de eletricitistas, confirmando nossa crença na igualdade de gênero e nosso compromisso em alcançar mais de 12% até 2030.

Em 2025, a Neoenergia alcançou marcos relevantes em suas iniciativas de voluntariado, refletindo seu compromisso contínuo com a responsabilidade social e os ODS. No ano, foram registradas 4.883 participações, superando as projeções mapeadas na nossa meta ESG de voluntariado, que prevê 3.700 participações entre 2025 e 4.700 em 2030.

Algumas ações de 2025 que foram destaques:

- **Inspire Meninas a Sonhar**: Colaboradoras engenheiras ou mulheres formadas em profissões de exatas, receberam na empresa 213 meninas em idade escolar para conhecer o dia a dia dessas mulheres, rotina, os temas abordados para as elas vejam que é possível atuar em áreas de exatas;
- **Operação Quilo**: Recolheu 44,6 toneladas de alimentos em 2025, distribuídas a 132 instituições filantrópicas, beneficiando 12.386 pessoas;
- **Campanha de doação de roupas**: Arrecadou 24.281 ml peças, beneficiando 10.046 ml pessoas;
- **Programa**

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

socialis federais e as novas leis de esporte estaduais resultou em um incremento relevante na atuação institucional, possibilitando maior alcance em regiões periféricas e fora dos grandes centros urbanos, promovendo a descentralização de recursos e fortalecendo o compromisso com a inclusão social e o desenvolvimento sustentável.

Já com recursos próprios, em 2025 o Pontes para Educação reforçou seu compromisso com a educação pública, alcançando 317 escolas e mais de 78 mil pessoas. Com fóruns, seminários e 375 horas formativas, promoveu práticas inovadoras, protagonismo feminino e interseção, transformando cada conexão em um propósito compartilhado.

Ainda em 2025, o projeto Flyways Brasil, que tem como missão contribuir com a conservação das aves limícolas (que vivem em áreas úmidas, como estuários e lagos) e seus habitats, na região da Bacia Potiguar/RN, celebrou 10 anos de atuação. Ao longo do ano, foram realizadas 23 ações (workshops, treinamentos e voluntariado), a iniciativa protegeu 8.500 hectares, monitorou 6.056 aves de 18 espécies, incluindo quatro ameaçadas, e adaptou censos para três habitats principais. Além disso, beneficiou 902 pessoas diretamente, conectando saber técnico e tradicional por meio de cartografia social e educação ambiental.

O Observatório das Baixadas consolidou-se como referência na produção de conhecimento e inovação social. Com 16 pesquisas publicadas, quatro tecnologias desenvolvidas e presença ativa na COP30, promoveu autonomia, engajamento comunitário e diálogo técnico, conectando ciência, saber ancestral e justiça climática.

Outro marco do Instituto Neoenergia em 2025, foi a oitava edição do Programa de Iluminação Cultural, contemplando o Museu Histórico Lauro da Escóssia em Mossoró (RN) com a realização da ação de educação patrimonial nas escolas municipais e impactando mais de 240 adolescentes, além da intervenção cultural no dia da inauguração da nova iluminação, que destaca os elementos arquitetônicos desse importante patrimônio da cidade.

Em 2025, 37 líderes voluntários da Neoenergia dedicaram um total de 351 horas ao Programa de Aceleração Social Impacto ODS. A participação ativa desses líderes demonstra engajamento com iniciativas que promovem impacto positivo na comunidade e alinhamento com a estratégia de sustentabilidade da companhia.

11.1.5. Pesquisa e Desenvolvimento

Quatro temas estratégicos norteiam o Programa de PDI da Afluente T: Tecnologias Inteligentes, Eficiência Operacional, Segurança e Sustentabilidade, tendo como objetivo viabilizar o desenvolvimento de tecnologias inovadoras que tragam impactos positivos para os negócios, meio ambiente e para os clientes.

Em 2025, foram investidos R\$ 0,48 milhão no Programa de PDI ANEEL da Afluente T, sendo R\$ 0,23 milhão para projetos de PDI das empresas, R\$ 0,12 milhão destinado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), R\$ 0,07 milhão ao Ministério de Minas e Energia (MME) e R\$ 0,06 milhão destinado à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	2025	2024
Receita operacional líquida	3	49.163
Custos	(11.440)	(38.091)
Custos de construção	4	258
Custos dos serviços	5	(11.696)
Lucro bruto	37.723	47.808
Perda de crédito esperada	9,2	(4.389)
Outras receitas(despesas) gerais e administrativas	5	(5.113)
Lucro operacional	32.459	43.628
Resultado financeiro	6	(1.112)
Receitas financeiras	2.992	1.809
Despesas financeiras	(1.729)	(604)
Outros resultados financeiros, líquidos	(2.375)	(1.422)
Lucro antes dos tributos	31.347	44.691
Tributos sobre o Lucro	7.1.1	(7.517)
Corrente	(47)	(7.947)
Diferido	(7.470)	(2.715)
Lucro líquido do exercício	23.830	34.029
Lucro básico e diluído por ação do capital – R\$:	13.2	0.38

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	23.830	34.029
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	161	(347)
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	(55)	118
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	106	(229)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	106	(229)
Resultado abrangente do exercício	23.936	33.800

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Notas	Outros resultados abrangentes		Reserva legal	Reserva de lucros a reservar		Reserva de lucros a reter	Reserva especial de dividendos	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
	Capital social	abrangentes		de lucros a reservar	de lucros a reter					
Saldos em 31 de dezembro de 2024	33.085	(229)	6.617	171.991	20.922	20.526	-	-	-	252.912
Outros resultados abrangentes	13.3	-	106	-	-	-	23.830	-	-	23.830
Destinação do lucro líquido:										
Constituição de reservas de lucros	13.4	-	-	-	14.852	(14.852)	-	-	-	-
Remuneração aos acionistas	13.2.b	-	-	(20.526)	-	(8.978)	-	-	(29.504)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	33.085	(123)	6.617	151.465	20.922	35.378	-	-	247.344	254.148
Saldos em 31 de dezembro de 2023	33.085	-	6.617	171.991	20.922	-	34.029	-	21.534	254.148
Lucro líquido do exercício	13.2	-	-	-	-	-	-	-	(21.534)	(21.534)
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	13.3	-	-	-	-	-	-	-	-	(229)
Destinação do lucro líquido:										
Constituição de reservas de lucros	13.4	-	-	-	-	20.526	-	-	(20.526)	-
Remuneração aos acionistas	13.2.b	-	-	-	-	(13.503)	-	-	(13.503)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	33.085	(229)	6.617	171.991	20.922	20.526	-	-	252.912	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("Afluente T" ou "Companhia"), controlada pela Neoenergia S.A., com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades. Atualmente a Companhia opera as subestações de Trembura, Funi, Brumado II, Itagiba, Ford, Polo e Camacari no estado da Bahia com potência instalada de 800 MVA, além de 489,1 km de Linhas de Transmissão e possui contrato de concessão com vigência até agosto de 2027, que tem como objetivo estabelecer as condições para prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica e prevê revisão tarifária a cada 5 (cinco) anos. A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2025/2026 é de R\$76.106 (R\$64.736 para o ciclo 2024/2025). 1.1. **Gestão de riscos:** As Diretrizes e Limites de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração em abril de 2025 da Neoenergia S.A., compostas pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos Corporativos e pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos específicos para cada Negócio, estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposta o Grupo Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no Propósito e Valores do Grupo Neoenergia. O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos que abrangem o setor de energia elétrica, em consonância com as regulamentações emitidas pela ANEEL. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Gestão de Riscos de Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. 1.1.1. **Riscos financeiros e mercado:** As Diretrizes e Limites de Riscos Financeiros se aplicam a todos os negócios que integram o grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de commodities, risco de taxas de juros e índices de preços, risco de liquidez e risco de solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do grupo Neoenergia e de suas controladas. As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge são: "Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de hedge"; "O risco de câmbio e de commodities deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor"; "Instrumentos não-divida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de hedge para mitigar o risco cambial; "Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto a composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações"; "A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de hedge, assim como não é permitida a contratação de derivativos "exóticos" ou "alavancados"; a estrutura da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantêm posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de taxa de câmbio	Empréstimos e financiamentos e outros instrumentos financeiros que não são denominados em BRL.	Operações de swap e a termo
Risco de taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Empréstimos e financiamentos e investimentos em títulos de juros incluindo, mas não se limitando, a SOFR e CDI.	Operações de swap, gestão de limites e utilização de instrumentos passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de preços de produtos	Volatilidade dos preços de commodities metálicas e energia elétrica, e outros produtos.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Recebíveis, transações com derivativos, garantias, adiantamentos e investimentos em instrumentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos covenants financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das Diretrizes de Riscos Financeiros e de Crédito. **Risco de taxa de câmbio:** A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2025, operações de hedge cambial, para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de hedge cambial estão descritas na nota 15.7. Risco de índices de preços: Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas pela exposição à variação de taxas de juros e/ou índices de preço, tanto no mercado brasileiro quanto no mercado externos (ex: CDI, TULP, TLP, SOFR, IPCA e IGP-M, dentre outros). O resultado desta exposição influencia o montante de encargos financeiros da dívida e rendimentos das aplicações financeiras que impactam o resultado e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a estas variáveis de alta correlação, implicando em maior necessidade de caixa para honrar os compromissos assumidos pela Companhia. A Companhia gerencia o risco de liquidez alcançando o excedente de caixa em aplicações financeiras de liquidez diária e mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país, além da capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos. Em 31 de dezembro 2025, a Companhia mantém linhas operacionais em caixa e equivalentes de caixa em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por falta de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em Estatais das informações de empréstimos e financiamentos e respectivos instrumentos derivativos (veja nota 11). **Risco de solvência:** O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra

Seguem alguns destaques do Programa de PDI da Afluente T, regulado pela ANEEL, no ano de 2025: Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico (SIASE-T), portal de informações do segmento de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de reestruturar e integrar as bases de dados utilizadas no setor elétrico de MME, EPE, ONS e ANEEL; Projeto Tirantes, modelos pilotos de novas fundações de Linhas de Transmissão, de 88 kV até 500 kV, com dois sistemas em desenvolvimento.

12. AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia, em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2023, declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes LTd. ("Deloitte"), firmado em 30/12/2021, com vigência de 60 meses.

Em 2025, a Deloitte prestou serviços de auditoria pelo montante R\$115.783, dos quais R\$101.561 referem-se à auditoria das demonstrações financeiras (incluindo revisões trimestrais) e R\$14.222 referem-se a serviços relacionados à auditoria de demonstrações regulatórias e controle patrimonial. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

13. BALANÇO SOCIAL

Nosso desempenho em aspectos ambientais, sociais, econômicos e de governança é relatado anualmente desde 2004. Em 2010, passamos a seguir as normas da Global Reporting Initiative (GRI) e, a partir de 2020, incorporamos os padrões do Sustainability Accounting Standards Board (SASB) e as recomendações do Dow Jones Sustainability Index (DJSI). Em 2021, incluímos as diretrizes da referida instituição de auditoria das demonstrações financeiras (incluindo revisões trimestrais) e R\$14.222 referem-se a serviços relacionados à auditoria de demonstrações regulatórias e controle patrimonial. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

14. NOTA DE CONCILIAÇÃO

A Afluente T apresenta os resultados do 4T25 e 2025 a partir de análises gerenciais que a administração entende traduzir da melhor forma o negócio da companhia, conciliada com os padrões internacionais de demonstrações financeiras (International Financial Reporting Standards – IFRS). Para referência, segue

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais	23.830	34.029
Lucro líquido do exercício	23.830	34.029
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	150	193
Tributos sobre o lucro	7.517	10.662
Resultado financeiro, líquido	1.112	(1.063)
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	(4.115)	2.230
Contas a pagar de fornecedores (ativo contratual)	30.594	(44.228)
Fornecedores e contas pagar de empreiteiros	(3.237)	1.139
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(120)	198
Imposto de renda e contribuição social a recolher	2.780	4
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(4.195)	17.813
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	16	9
Outros ativos e passivos, líquidos	(5.449)	1.010
Caixa líquidos proveniente das operações	48.883	21.984
Encargos de dívidas pagas	(1.329)	(2)
Instrumentos derivativos (pagos) recebidos, líquidos	(2.697)	-
Rendimento de aplicação financeira	2.989	1.745
Tributos sobre o lucro pagos	(752)	(12.300)
Caixa consumido gerado pelas atividades operacionais	47.094	11.418
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(110)	(1.434)
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(110)	(1.434)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	30.000
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	-	(134)
Remuneração paga aos acionistas	(26.054)	(35.465)
Caixa consumido nas atividades de financiamentos	(26.054)	(5.999)
Cancelamento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	20.930	4.385
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.321	2.936
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	28.251	7.321

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

abaixo quadro de conciliação:

	Ano atual	Ano anterior	Correspondência notas explicativas		
Memória de Cálculo	4T25	2025	4T24		
(+) Receita Operacional Líquida	1,6	49,2	33,9	86,0	Nota 3
(=) Receita Operacional Líquida	1,6	49,2	33,9	86,0	
(+) Custos de construção	-	0,3	(14,7)	(25,8)	Nota 4
= Margem Bruta	1,6	49,4	19,2	60,3	
(+) Custos de operação	(3,8)	(11,6)	(4,3)	(12,3)	Nota 5
(+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(1,6)	(5,0)	(1,4)	(4,3)	Nota 5
= Despesa Operacional (PMO)	(5,4)	(16,7)	(5,7)	(16,5)	
(-) PECLD	(0,0)	(0,2)	(0,0)	0,1	Nota 9.1
EBITDA	(3,8)	32,6	13,5	43,8	
(+) Depreciação	(0,0)	(0,2)	0,3	(0,2)	Nota 5
(+) Resultado financeiro	(0,0)	(1,1)	0,4	1,1	Nota 6
(+) IR e CS	4,0	(7,5)	(3,0)	(10,7)	Nota 7
Lucro Líquido	0,1	23,8	11,2	34,0	

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Afluente T, visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Afluente T e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Afluente T. A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Afluente T sobre eventos futuros. Essas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daquelas aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização. Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Demonstrações Financeiras. Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores do Grupo Neoenergia (ri.neoenergia.com)

BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	28.251	7.321
Contas a receber de clientes e outros	9	19.190	7.345
Tributos sobre o lucro a recuperar	7.1.4	1.547	3.622
Outros tributos a recuperar	43	1.547	36
Concessão do serviço público (ativo contratual)	10	57.888	48.132
Outros ativos		5.660	3.985
Total do circulante		112.579	70.441
Não circulante			
Instrumentos financeiros derivativos		278	359
Outros tributos a recuperar		2.183	2.032
Depósitos judiciais	12.1.c	224.092	264.442
Concessão do serviço público (ativo contratual)	10	3.405	3.939
Imobilizado		1.186	1.209
Intangível		231.144	272.316
Total do não circulante		231.144	272.316
Total do ativo		343.723	342.757
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros		2.	

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

panhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla a medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Esta receita corresponde aos custos de construção adicionados de uma margem bruta, destinada a cobrir os custos de gestão ou execução da construção dos ativos transmitidos de energia elétrica. A receita de operação e manutenção é reconhecida mensalmente, a partir da entrada em operação comercial, como uma obrigação de desempenho que é cumprida pela operação e manutenção das linhas de transmissão. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos no contrato de concessão para estas obrigações de desempenho, acrescidos de margem. A receita de remuneração reflete o cumprimento do ativo contratual e é reconhecida ao longo do tempo baseado na taxa de remuneração do ativo contratual. Esta taxa é definida no início do projeto e não sofre alteração ao longo da vida do contrato. A Receita Anual Permitida (RAP) é revisada anualmente em função da inflação, conforme o índice de atualização previsto em cada contrato de concessão (IPCA ou IGP-M). A parcela de reajuste relativa à variação desses índices é considerada como um componente de contraprestação variável e os efeitos resultantes da aplicação dos novos valores de RAP no modelo de cálculo do ativo contratual são imediatamente reconhecidos no resultado, no grupo de receita operacional. A Companhia observou as orientações do Ofício-Circular nº04, divulgado pela CVM, na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025 e 2024 com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção, com a adoção das seguintes políticas contábeis: i. Atribuição de margens de construção e de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. A taxa interna de retorno utilizada para viabilidade dos projetos de transmissão varia entre 13% a.a. e 18% a.a., nominal e antes dos impostos. II. A remuneração do ativo contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 6,5% a.a. e 11,5% a.a.

4. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	2025	2024
Pessoal	(5)	(112)
Material	(95)	(8.986)
Serviços de terceiros	358	(16.855)
Total	258	(25.753)

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	2025	2024
Outras receitas		
Custos de (despesas) gerais		
operação e administrativas		
Total		
Pessoal e benefícios a empregados	(1.622)	(1.781)
Serviços de terceiros	(8.600)	(2.033)
Depreciação e amortização	(57)	(93)
Outras receitas e despesas, líquidas	(1.419)	(1.206)
Total	(11.698)	(5.113)

	2025	2024
Outras receitas		
Custos de (despesas) gerais		
operação e administrativas		
Total		
Pessoal e benefícios a empregados	(1.693)	(1.381)
Serviços de terceiros	(8.960)	(3.555)
Depreciação e amortização	(57)	(136)
Outras receitas e despesas, líquidas	(1.628)	(1.017)
Total	(12.338)	(4.389)

6. RESULTADO FINANCEIRO

	2025	2024
Receitas Financeiras		
Renda de aplicações financeiras	2.989	1.745
Outras receitas financeiras	3	64
2.992	1.809	
Despesas Financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida	(1.603)	(105)
Atualização de provisões para processos judiciais	(24)	(9)
Outras despesas financeiras	(102)	(490)
(1.729)	(604)	

	2025	2024
Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida	(2.281)	(706)
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida	5.754	-
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	(13.996)	(88)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	7.824	706
Perdas com variações cambiais e monetárias	(75)	(54)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	(2.378)	(142)
(1.112)	1.063	

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO E OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS

7.1. Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro corrente e diferidos são representados pelo Imposto de Renda (IRPJ) e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ – 25% e CSLL – 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício.

7.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado: A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2025	2024
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	31.347	44.691
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(10.658)	(15.195)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	3.053	4.591
Atualização SELIC inadimplidos tributários	135	-
Outras adições (reversões) permanentes	(47)	(58)
Tributos sobre o lucro	(7.517)	(10.662)
Alíquota efetiva	24%	24%
Corrente	(47)	(7.947)
Diferido	(7.470)	(2.715)

7.1.2. Tributos diferidos ativos e passivos: Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	2025	2024
Prejuízo fiscal (inclui base negativa)	2.010	903
Diferenças temporárias:		
Provisão para participação nos lucros e resultados	51	88
Margem na construção e remuneração do ativo de contrato	(20.770)	(12.159)
Outros	641	625
Total	(18.068)	(10.543)

Passivo não circulante (18.068) (10.543)

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	2025	2024
Saldos em 31 de dezembro de 2024		
Efeitos reconhecidos no resultado	(10.543)	-
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	(55)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(18.068)	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(7.946)	
Efeitos reconhecidos no resultado	(2.715)	-
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	118	-
(10.543)		

7.1.3. Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre Lucro: Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a Companhia não possui montante reconhecido na linha de tributos sobre o lucro a recolher, referente ao impacto das posições tributárias incertas. Em 31 de dezembro de 2025, a companhia possui o montante de R\$ 34.218 referente a processos de tributos sobre o lucro, que foram avaliados pela Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, como provável que o tratamento tributário seja aceito pelas autoridades competentes. A natureza dos processos está mencionada a seguir: i. Autuações da Receita Federal do Brasil relacionadas à cobrança de IRPJ e CSLL decorrentes do questionamento quanto ao percentual de presunção aplicável à atividade desenvolvida; ii. Autuações da Receita Federal do Brasil relacionadas à cobrança de IRPJ e CSLL, em razão da aplicação do regime de apuração da tributação sobre receita diferida. **7.1.4. Tributos correntes ativos e passivos:**

	2025	2024
Imposto de renda – IR		
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	1.232	2.627
Ativo	315	-
1.547	3.622	
Circulante	1.547	3.622

7.1.5. Política contábil material e julgamentos críticos: a) Política contábil material: Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base nas alíquotas vigentes no Brasil e reconhecidos considerando as diferenças temporárias entre os valores contábeis e as bases fiscais dos ativos e passivos, bem como os prejuízos fiscais apurados. Ativos e passivos fiscais são compensados quando existe direito legalmente executável para tal compensação e quando ambos se referem à mesma atividade de fiscal e à mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributários futuros. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** É necessário julgamento crítico para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração dos tributos diferidos ativos, considerando as premissas e estimativas de fluxos de caixa projetados, o montante dos créditos tributários reconhecidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, custos operacionais e planejamento de quanto ao custo de capital; (ii) premissas externas sobre o cenário macroeconômico, incluindo perspectivas de demanda comercial e o ambiente tributário. Essas premissas são elaboradas e fundamentadas pela Administração, considerando os cenários econômicos, comerciais e tributários, e estão sujeitos a alterações. A Companhia também aplica julgamento crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis. **7.2. Outros tributos: 7.2.1. Outros tributos e encargos setoriais a recolher:**

	2025	2024
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS		
Programa de integração social - P&D	379	468
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS ^{III}	4.765	5.256
Impostos e contribuições retidos na fonte	21.948	24.210
Outros	92	284
Outros tributos a recolher	27.327	30.218
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	567	392
Conta de desenvolvimento energético - CDE	896	338
Outros	502	265
Encargos setoriais	1.965	1.568
Total outros tributos e encargos setoriais a recolher	29.292	31.784
Circulante	2.379	1.789
Não circulante	26.913	29.995

(i) Contempla o PIS e COFINS diferidos sobre as receitas de construção da infraestrutura de transmissão e da remuneração do ativo de contrato, que serão realizados até o término do contrato de concessão.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	2	-
Certificado de depósito bancário (CDB)	1.168	-
Fundos de investimento	27.081	7.321
Total	28.251	7.321

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2025 é de 99,88% (99,9 % em 31 de dezembro de 2024) do CDI. A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

	2025	2024
Carteira		
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	25.875	7.321
CDB	1.206	-
Total	27.081	7.321

Os fundos de investimentos exclusivos do Grupo representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, existindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2025	2024
Perdas de Contas a Receber		
Perdas de Contas a Receber, créditos receber	19.523	(333)
Perdas de Contas a Receber, créditos receber, liquidadas	(19.523)	(333)
19.523	(333)	

Concessionárias 19.523 (333) 19.190 7.527 (182) 7.345

Ativo circulante 19.523 (333) 19.190 7.527 (182) 7.345

O aging do contas a receber de disponibilização do sistema de transmissão está apresentado como segue:

	2025	2024
Perdas de Contas a Receber		
Perdas de Contas a Receber, créditos receber	18.609	(32)
Perdas de Contas a Receber, créditos receber, liquidadas	(18.609)	(32)
Saldos vencidos:		
entre 1 e 90 dias	20	(4)
entre 91 e 180 dias	126	(50)
entre 181 e 365 dias	9	(4)
acima de 365 dias	759	(243)
Total	19.523	(333)

9.1. Variação das perdas de crédito esperadas - PCE

	2025	2024
Saldo inicial do exercício		
Adições	(182)	(291)
Reversões	(151)	(285)
	-	394
Saldo final do exercício	(333)	(182)

9.2. Política contábil material e julgamentos críticos: a) Política contábil material: O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 15.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas crédito esperadas. A Companhia reconhece perdas de crédito esperadas para a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para a receber de curto prazo utilizando matriz de perda baseada em histórico de inadimplência, ajustada por informações atuais e projeções futuras, quando aplicável. Essa abordagem considera as características específicas de cada linha de negócio. O negócio de transmissão de energia não apresenta histórico de inadimplência relevante e, portanto, A matriz considera percentuais crescentes de provisão, podendo chegar a 100% para atrasos superiores a 12 meses. Mecanismos do ONS mitigam o risco de crédito, tornando as perdas irrelevantes.

10. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)

A concessão da Companhia não possui obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato de concessão outorgado possui prazo de 30 anos e prevê a prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam movimentação dos saldos como segue:

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	312.574	267.800
Construção de infraestrutura da concessão	(331)	39.970
Realização do ativo contratual pela parcela da RAP do exercício	(61.109)	(44.204)
Remuneração do ativo contratual	29.038	27.351
Perda e mensuração do ativo contratual	(8.132)	-
Saldo final do exercício	281.980	312.574

Circulante 57.888 48.132

Não circulante 224.092 264.442

10.1. Política contábil material e julgamentos críticos: a) Política Contábil material: O Contrato de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia e estabelecem que, de acordo, com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. O direito à contraprestação por bens e serviços é condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um ativo de contrato, e conforme o cumprimento das obrigações de desempenho são subsequentemente reclassificados para a contas a receber de clientes. A infraestrutura reconstruída ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

(j) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. **b) Estimativas e Julgamentos críticos:** O ativo indenizável é o montante que a Companhia terá direito quanto ao término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a ser recebido corresponde ao valor de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item ao final da concessão.

11. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

11.1. Dívida líquida: A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo. A dívida líquida é composta como segue:

	2025	2024
Empréstimos bancários	27.362	30.794
Empréstimos e financiamentos	27.362	30.794
(+) Instrumentos financeiros derivativos (nota 11.3)	3.043	(271)
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 8)	(28.251)	(7.321)
Dívida líquida	2.154	23.202

11.2. Empréstimos e financiamentos: As dívidas da Companhia são compostas por recursos captações, principalmente, através de empréstimos bancários, principalmente denominadas em Dólar ("US\$"). A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa das dívidas denominadas em moeda estrangeira da Companhia, consequentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial. **a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros:**

	2025	2024
Denominados em US\$		
Indexados a taxas fixas	27.362	30.794
Passivo circulante	27.362	30.794
Passivo não circulante	-	30.706

Em 31 de dezembro de 2025, o custo médio percentual das dívidas são os seguintes:

	2025	2024
Custo médio em % CDI^{IV}	102,90%	74,20%
Custo médio em taxa pré	12,80%	8,10%
Saldo da dívida	27.362	30.794
Instrumentos financeiros derivativos	3.043	(271)
Dívida total líquida de derivativos	30.405	30.523

(1) A taxa considerada o saldo médio da dívida de 13 meses, o resultado da dívida acumulada e o CDI médio dos últimos 12 meses.

b) Fluxo de pagamento futuros de dívida: A Companhia busca estruturar sua dívida em consonância com o ciclo financeiro de seus negócios, observando as peculiaridades de cada empresa e as características de suas concessões e autorizações. Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	2025	2024
Principal		
Juro ^{VI}		
Instrumentos derivativos		
Total		
2026	29.389	1.707
2027	27.362	30.794
Total	29.399	32.501

(i) O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros, é calculado com base nas estimativas de taxas de juros (taxa Pré e Pós) em vigor em 30 de junho de 2025 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de juros (ainda não provisionados), além dos juros já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2025, o prazo médio do vencimento do endividamento da Companhia é de 1 ano (2 anos em 31 de dezembro de 2024).

c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

da estimativa da Administração está apresentada na nota 15.8 (análise de sensibilidade). **15.3. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (VJR ou VJORA):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	2025		2024	
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	27.081	27.081	7.321	7.321
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	359	359
	27.081	27.081	7.680	7.680
Passivos financeiros				
Instrumentos financeiros derivativos	3.043	3.043	88	88
	3.043	3.043	88	88

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. **15.4. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (CA):** Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em virtude ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2025		2024	
	Saldo Estimativa de valor contábil	Saldo Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo Estimativa de valor contábil	Saldo Estimativa de valor justo - Nível 2
Empréstimos e financiamentos	27.362	27.577	30.794	30.910

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros são similares aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil). **15.5. Política contábil material:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) Ativos financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e • Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA e VJR estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (ii) Passivo financeiro: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **15.6. Métodos e técnicas de avaliação:** O valor justo dos empréstimos e financiamentos clas-

sificados no nível 2 são baseados na abordagem de Receita ou na abordagem de Mercado. **15.7. Informações complementares sobre os instrumentos derivativos:** A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps* e *Non-Deliverable Forwards* (NDF). Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* da Companhia estão detalhadas nos quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores a receber e a pagar. Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente. **Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Dólar:** Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Libor). Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a valor justo por meio do resultado:

	Valor de referência		Vencimento		Valor justo	
<i>Swap US\$ pré vs R\$ pós</i>	2025	2024	(Ano)	2025	2024	
Ativo	US\$ 4.975	US\$ 4.975		27.202	30.484	
Passivo	R\$ 30.233	R\$ 30.190	2024-2026	(30.245)	(30.213)	
Exposição líquida				(3.043)	271	

15.8. Análise de sensibilidade: A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros derivativos e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários probabilísticos dos principais fatores de risco de mercado ao quais estão expostos, considerando a volatilidade histórica observada e mantendo todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 68 dias úteis (ou 89 dias corridos) a partir de 31 de dezembro de 2025. - **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2025. - **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável. - **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável. Para fins da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição	Impacto	Impacto	Impacto
				(Saldo/ Nocial)	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	14,90%	28.249	996	(143)	(288)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Swaps Dólar x CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	14,90%	(30.245)	(4.624)	(694)	(1.387)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A., **Rio de Janeiro - RJ. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Concessão do serviço público – ativo contratual:** Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3 e nº 10 às demonstrações financeiras, a Companhia atua como prestadora de serviços, conforme contrato de concessão, sendo remunerada pela construção e implementação da infraestrutura de transmissão de energia elétrica, bem como pela manutenção e operação de referida estrutura. O reconhecimento do ativo contratual de acordo com o pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada, e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido na mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo, nas margens de lucros e nas projeções das receitas esperadas, consideramos a mensuração do ativo contratual e da receita de contrato como um assunto significativo para a nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento do ativo contratual e de suas respectivas receitas, por natureza; (ii) avaliação do desenho e da implementação e teste de efetividade operacional dos controles internos relevantes sobre o reconhecimento do ativo contratual e de suas respectivas receitas; (iii) entendimento dos critérios e premissas utilizados na determinação das margens de construção e operação e manutenção, das taxas implícitas aplicadas aos fluxos de recebimento futuro; (iv) testes substantivos relacionados aos documentos comprobatórios das adições ao ativo de contrato, recálculo dos fluxos de

recebimento futuro dos projetos de infraestrutura, recálculo das atualizações monetárias e da remuneração financeira dos ativos contratuais, em base amostral, a partir das condições contratuais estabelecidas e demais premissas utilizadas pela Companhia e; (v) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do Pronunciamento contábil CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificados ajustes imateriais não corrigidos pela Diretoria da Companhia, que resultaram em deficiências nos controles internos relacionadas a certos componentes do cálculo do “Ganho (perda) na RAP”. Avaliamos a natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos, inicialmente planejados, e concluímos que estes permanecem adequados. Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as políticas de reconhecimento do ativo contratual e de suas respectivas receitas são aceitáveis para suportar os julgamentos, as estimativas e as informações incluídas nas demonstrações financeiras como um todo. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, ou não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO	
Eduardo Capelastegui Saiz	
Presidente	
Titulares	
Ana Teresa Lafuente González	Giancarlo Vassão de Souza
DIRETORIA EXECUTIVA	
Fabiano Uchoas Ribeiro	
Diretor Presidente	

Renato de Almeida Rocha	Fabio Dias Folchetti
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Diretor de Gestão de Pessoas
Fabiano da Rosa Carvalho	Luciana Maximino Maia
Diretor de Regulação	Diretora de Planejamento e Controle

CONTADORA	
Rachel Alves Pascale	
CRC-RJ-Nº 115915/O-3	

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da **Afluente Transmissão De Energia Elétrica S.A.**, sociedade por ações, de capital aberto, com sede na Praia do Flamengo, 78, 1º andar - Flamengo, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.338.320/0001-00, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29.03.22, declaram que: (I) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Afluente relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025; e (II) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Deloitte relativamente às demonstrações financeiras da Companhia alusivas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2026

Fabiano Uchoas Ribeiro		Renato de Almeida Rocha	
Diretor Presidente		Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	
Fábio Dias Folchetti	Fabiano da Rosa Carvalho	Luciana Maximino Maia	
Diretor de Gestão de Pessoas	Diretor de Regulação	Diretora de Planejamento e Controle	

distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2026

Deloitte

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU	Jônatas José Medeiros de Barcelose
Audítores Independentes Ltda.	Contador
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ	CRC nº 1 RJ 093376/O-3

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 12/02/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/02/12/AFLUENTE1587623112022026.pdf>
Hash: 177084456083e2ff3afa2441f4ac55b1ee0e350333